Cedae trata apenas 30% do esgoto

Estudo mostra que empresas privadas que operam no país conseguem chegar a 80%

VERA ARAÚJO
varaujo@oglobo.com.br

Um estudo feito pelo Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE) mostra que a Cedae, cuja privatização foi aprovada na última segunda-feira pela Assembleia Legislativa, é menos eficiente que as empresas privadas de distribuição de água potável e tratamento de esgoto no país. A partir de dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento do Ministério das Cidades, publicados num relatório de 2015, o economista Adriano Pires, diretor do CBIE, chegou a uma conclusão que considera grave: o índice de esgoto tratado pela Cedae é de 29,46%, enquanto nas demais empresas particulares chega a 79,24%.

Mas os dados negativos relativos à administração da Cedae não param por aí. De acordo com o levantamento de Pires, as perdas de faturamento de água da Cedae chegam a 47,56% contra 24,07% das concessionárias privadas, ou seja, quase o dobro. Só no índice do atendimento total de água a companhia de economia mista do governo do Estado do Rio consegue chegar perto do desempenho médio das empresas privadas. A Cedae registra 89,7% de atendimentos, enquanto a cobertura das privadas fica em 93,48%.

FALTA UM 'CHOQUE DE EFICIÊNCIA'

Em entrevista ao "RJ-TV", da Rede Globo, Adriano Pires citou o desempenho bem abaixo da média nacional:

— O índice de esgoto tratado da Cedae é de 29,46%, enquanto a média nas empresas privadas passa de 79%, perto de 80%. Isso é o que mais choca, na minha opinião — disse o especialista.

DOMINGOS PEIXOTO/29-10-2015

Tratamento. Estação da Cedae no Rio Guandu: Cedae perde em eficiência para o setor privado

Em 2015, a Cedae teve um lucro líquido de R$ 248,8 milhões, no entanto, não conseguiu transformá-lo em melhorias no serviço de abastecimento de água e no saneamento básico.

— Vejo a Cedae como uma companhia ineficiente que não presta serviço de qualidade. Uma empresa que precisa de um choque de eficiência para que ela possa se aproximar, minimamente, da média brasileira — ressaltou o diretor da CBIE.

Em nota, a Cedae informou que não considera os estudos feitos pelo CBIE, alegando não ser possível fazer comparações sobre a eficiência da companhia, tomando por base indicadores padronizados. Segundo a assessoria de imprensa da empresa, a Cedae tem investido na ampliação de serviços, concluindo inclusive a renovação da rede. Segundo a estatal, atualmente, os índices de perda de faturamento estão em torno de 30%.

Com a aprovação pela Alerj do projeto de lei que autoriza a privatização da Cedae, no início da semana, o governo do estado aguarda a liberação de um empréstimo de R$ 3,5 bilhões por parte da União para o pagamento dos salários atrasados dos servidores estaduais. Até agora, só receberam integralmente os salários de janeiro os servidores ativos da Educação (com verbas do Fundo de Educação Básica) —; ativos, inativos e pensionistas da Segurança; e os ativos e inativos da Fazenda e da Procuradoria Geral do Estado (PGE).

Depois do passo dado pela Assembleia Legislativa, segundo Victor Jacuru, do Veirano Advogados, o governo do estado terá que contratar um banco que será responsável pelo processo de venda da Cedae. Uma fonte ligada ao governador Luiz Fernando Pezão conta que, provavelmente, pela experiência no assunto e pela relação com a União, a instituição financeira escolhida será o BNDES.

— Depois da definição em torno do banco, vem o momento de escolher o modelo de venda da Cedae. A instituição financeira terá que contratar uma consultoria de especialistas para estudar o formato que melhor irá atender a população, prestando um serviço de qualidade. Tarifas, prazos e planos de expansão deverão ser analisados. Será elaborado também um estudo financeiro da empresa e, então, a minuta do edital. Em seguida, haverá uma consulta pública, que pode ser uma audiência pública. Com a aprovação das condições de venda pela sociedade, finalmente, é feito o edital para a licitação — explicou Victor Jacuru.

Segundo o especialista, o processo deve durar dois anos, sendo seis meses só para definir o modelo de venda da Cedae. Especialistas enfatizam que, apesar de o país ter vários exemplos de privatização de serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, a negociação da Cedae será a maior do ramo no Brasil. ●

Projeto de lei de ajuda aos estados chega ao Congresso

Proposta impede a concessão de aumentos para servidores

-BRASÍLIA- O Congresso Nacional recebeu ontem o projeto de lei que estabelece o Regime de Recuperação Fiscal para os estados. Com o objetivo de suspender tanto dívidas com o governo federal por até três anos quanto exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), os estados terão de estancar gastos. Só serão permitidas despesas para financiar programas de demissão voluntária, antecipar receita de venda de estatais e fazer auditorias em folhas de pagamento.

Ao ingressar no novo modelo, o Rio poderá obter empréstimos com o aval do Tesouro Nacional. Quando a Cedae for vendida, as receitas serão usadas para quitar tanto o empréstimo inicial quanto outras dívidas mais antigas com a União e bancos. Na última segunda-feira, a Alerj aprovou a privatização da companhia de saneamento do estado.

O caminho que o Rio terá que se comprometer a trilhar deverá ser austero e sustentável. Será proibido, por exemplo, dar aumento ao funcionalismo, criar cargos, gastar com propaganda e conceder ou ampliar incentivos fiscais. ●

Opinião

POBRE BAÍA

O ESTADO cogita paralisar as obras do Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara (Psam), mais uma vítima da aguda crise financeira do Rio.

ATÉ AGORA, foram executados apenas 30% do programa de US$ 639 milhões (R$ 1,96 bilhão), iniciado em 2012. O desempenho não é nada animador, mas pior seria deixar o projeto inacabado.

ESPERA-SE que o governo tenha aprendido com os erros do passado.

Printed and distributed by PressReader
PressReader.com + 1 604 278 4604
COPYRIGHT AND PROTECTED BY APPLICABLE LAW